



SF/20105.09509-23

**EMENDA Nº - PLEN
(à PEC nº 18, de 2020)**

Dê-se ao art. 115 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, constante do art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2020, a seguinte redação, alterando-se, em decorrência, a ementa da proposição para “Acrescenta o art. 115 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, prorrogando os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, para unificar as eleições.”:

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a viger acrescido do seguinte art. 115:

“Art. 115. Os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores terminarão no dia 1º de janeiro de 2023, com a posse dos eleitos no ano anterior.

Parágrafo único. Em 2022 as eleições para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, ocorrerão concomitantemente com as eleições de Presidente da República, Vice-Presidente da República, Governadores, Vice-Governadores, Senadores da República, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Deputados Distritais.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente crise que o mundo enfrenta, em virtude da Pandemia que tem ocasionado milhares de mortes, apenas reforça a nossa convicção de que os gastos públicos devem ser utilizados em prol da nação brasileira, em especial na saúde, educação e segurança pública.

Dessa forma, não é possível vislumbrar que no atual momento se pense em eleições municipais nesse ano, o que geraria um grande risco à saúde pública, bem como um grande dispêndio de dinheiro público para realizar as eleições.

As campanhas políticas, que ocorrem a partir de agosto, realizam aglomeração e circulação de pessoas e de materiais, o que pode alastrar e agravar a disseminação do Vírus por todo o País, ainda mais se tratando de eleições municipais. Agregado ao dia da própria eleição que gera nova

aglomeração de pessoas com acesso ao mesmo local, muitas vezes fechados, com acesso ao mesmo objeto. Um verdadeiro risco à saúde pública.

Sou contra o Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC, o Fundo Eleitoral, e no meu primeiro mês de mandato apresentei proposta para extinguí-la, o que se mostra ainda mais pertinente nesse período de enfrentamento da Pandemia.

Só com os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC, conhecido como Fundão Eleitoral, estima-se o gasto de mais de R\$ 2 bilhões neste ano.

Mas as despesas com uma eleição não se restringem exclusivamente ao fundo de campanha, também existem gastos com servidores, compras de urnas eletrônicas e demais despesas, o que certamente necessita de um orçamento alto, orçamento este que pode fazer falta para a saúde nesse momento.

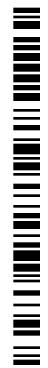
Valores divulgados sobre o processo licitatório aberto pelo Tribunal Superior eleitoral trazem ofertas de R\$ 799,9 milhões a R\$ 1,7 bilhão, apenas para aquisição de 100 mil urnas para as eleições, valor esse estimado quando o dólar estava a R\$ 3,85, hoje estando a R\$ 5,00.

Dessa forma, a prorrogação dos mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, levando à consequente coincidência das eleições em 2022, na forma como proponho, contribuirá de forma efetiva para a diminuição dos custos da Justiça Eleitoral, liberando gastos bilionários para a União neste momento de uma crise em virtude da Pandemia do Coronavírus, que necessitará de grande aporte financeiro para proteger a população e combater o vírus.

Contamos com a sensibilidade dos nobres colegas para o enfrentamento deste lastimável cenário, norteados, todos, pelo bem maior a ser protegido: a vida do Povo Brasileiro.

Sala das Sessões, em de 2020.

SENADOR MAJOR OLIMPIO
PSL/SP



SF/20105.09509-23